

afectos ao Parque Natural da Arrábida e à Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica.

2 — Na directora adjunta Maria de Jesus Fernandes:

a) No âmbito da gestão das áreas protegidas abrangidas pelo Departamento de Gestão de Áreas Classificadas — Litoral de Lisboa e Oeste, descritas no Quadro Anexo aos Estatutos do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, aprovados pela Portaria n.º 530/2007, de 30 de Abril, emitir os pareceres, licenças e autorizações no âmbito do Turismo de Natureza, das actividades de animação turística e de observação de cetáceos e outros animais marinhos, autorizar os actos ou actividades condicionados respeitantes à visitação e à prática de actividades desportivas, motorizadas e não motorizadas, à instalação de sinalética e painéis, às actividades de fotografia e filmagens e outros eventos para fins comerciais, à gestão e exploração florestal, à gestão e exploração piscícola em águas interiores, à pirotecnia, à realização de fogos controlados e queimadas, à instalação de infra-estruturas de aproveitamento energético e às actividades de investigação científica e recuperação e estabilização do cordão dunar e emitir licenças de espantamento e de captura ou colheitas de espécies, no estrito cumprimento do regime jurídico de cada área protegida, do seu plano de ordenamento e respectivo regulamento, demais normas legais e regulamentares em vigor e orientações específicas do Presidente e da Directora do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas — Litoral de Lisboa e Oeste.

b) No âmbito da gestão das áreas da Rede Natura 2000 atribuídas ao Departamento de Gestão de Áreas Classificadas — Litoral de Lisboa e Oeste, conforme Anexo ao Despacho n.º 14138/2010, citado, emitir os pareceres, licenças e autorizações respeitantes à prática de actividades desportivas motorizadas e não motorizadas, à observação de cetáceos e outros animais marinhos, à instalação de sinalética e painéis, à gestão e exploração florestal, à gestão e exploração piscícola em águas interiores, à realização de fogos controlados e queimadas, à instalação de infra-estruturas de aproveitamento energético e às actividades de investigação científica e recuperação e estabilização do cordão dunar e emitir licenças de espantamento, no estrito cumprimento do estipulado no Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro.

c) Assinar a correspondência específica relativa às áreas cuja competência lhe foi subdelegada, com excepção da que se destine a gabinetes governamentais, às diversas Inspeções-Gerais, aos tribunais, ao Tribunal de Contas, à Provedoria de Justiça, à Procuradoria-Geral da República, aos Departamentos de Investigação Criminal e aos órgãos de comunicação social.

d) Praticar todos os actos e decisões previstas no Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro.

e) No âmbito da gestão florestal, no estrito cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de Junho, autorizar cortes ou arranques e podas de sobreiros e azinheiras.

f) No âmbito da gestão de recursos humanos, autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual, justificar ou injustificar faltas ao serviço, autorizar deslocações em serviço no território continental e visar os boletins de itinerários dos trabalhadores afectos ao Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e Reserva Natural das Berlengas.

3 — No que respeita aos actos referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 e do n.º 2, mantém-se a competência que me foi delegada sobre as decisões e parecer final nos processos de análise de incidências ambientais e avaliação de impacte ambiental.

O presente Despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura, considerando-se ratificados os actos que, no âmbito dos poderes subdelegados, tenham sido praticados desde 30 de Abril de 2010.

20/10/2010. — A Directora do Departamento de Áreas Classificadas — Litoral de Lisboa e Oeste, *Teresa Sofia Nunes dos Santos Castel-Branco da Silveira*.

203934813

## MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Casa Pia de Lisboa, I. P.

**Aviso n.º 23866/2010**

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83 A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos can-

didatos aprovados do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, para ocupação de 3 postos de trabalho do mapa de pessoal da Casa Pia de Lisboa, I. P., na carreira geral de técnico superior, para desenvolvimento de actividades na área das Ciências Agro-Ambientais, aberto pelo Aviso n.º 15260/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 148, de 2 de Agosto de 2010:

| Ordenação | Candidato                                     | Classificação final |
|-----------|---|---------------------|
| 1         | Rui Miguel Cordeiro da Eira . . . . .         | 19,825              |
| 2         | Margarida Teresa Rodrigues L. d'Ávó . . . . . | 19,825              |
| 3         | Isabel Bernardino Florência da Rosa . . . . . | 12,325              |
| 4         | Helena Cristina Vieira Amaro B. Gonçalves     | 12,175              |
| 5         | Filipa Encarnação da Silva Albino . . . . .   | 10,425              |

A lista unitária de ordenação final foi homologada pelo Conselho Directivo da Casa Pia de Lisboa, a 10 de Novembro de 2010, nos termos do n.º 2 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e encontra-se afixada nos Serviços Centrais e publicitada na página electrónica da Casa Pia de Lisboa.

12 de Novembro de 2010. — O Director de Serviços Partilhados, *Álvaro Eduardo Costa Amaral*.

203938061

## Direcção-Geral da Segurança Social

**Despacho (extracto) n.º 17349/2010**

Por meu despacho de 24 de Setembro de 2010, foi autorizada a mobilidade interna intercarreiras, ao abrigo dos artigos 59.º e 60.º conjugado com o artigo 62.º, todos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, para o desempenho de funções da carreira/categoria de Técnico Superior, 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 15 da tabela única, da Lic. Maria da Piedade Ribeiro, com efeitos a 01.10.2010.

Lisboa, 10 de Novembro de 2010. — O Director-Geral, *José Cid Proença*.

203933703

## Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.

Departamento de Desenvolvimento Organizacional e Estratégico

**Deliberação (extracto) n.º 2091/2010**

Por deliberação do Conselho Directivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., de 7 de Outubro de 2010, nos termos e ao abrigo dos Estatutos do IEFPP, IP, aprovados pela Portaria n.º 637/2007, de 30 de Maio, e republicados em anexo à Portaria n.º 570/2009, de 29 de Maio, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 42/2009, de 23 de Junho, e da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, que estabelece o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Central, Local e Regional do Estado (EPD), conjugado com o disposto no artigo 6.º, da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, foi nomeada, em regime de comissão de serviço, pelo período de 3 anos, a licenciada, Anabela Santos Vicente Rocha, no cargo de Directora de Centro do Centro de Emprego de Pinhel da Delegação Regional do Centro, cargo de direcção intermédia de 1.º grau.

### Nota Curricular

Anabela dos Santos Vicente Rocha, nascida a 23 de Outubro de 1970. Licenciada em Gestão de Empresas, pela Universidade da Beira Interior. Pós-Graduação em Gestão Aplicada à Administração Pública, pela Universidade Politécnica de Madrid.

Ingressou no Instituto de Emprego e Formação Profissional, I. P., em 19 de Maio de 1997, na categoria profissional de Técnica Superior, exerceu funções no Centro de Emprego de Pinhel e Divisão de Emprego da Delegação Regional do Centro

No período compreendido entre Agosto de 2001 e Agosto de 2004, exerceu o cargo de Coordenadora de Núcleo do Núcleo de Serviços de Gestão do Centro de Emprego de Pinhel.

No período compreendido entre Novembro de 2007 e até à presente data, exerceu o cargo de Chefe de Serviços da Unidade de Gestão e Desenvolvimento do Emprego do Centro de Emprego de Pinhel.

2010-11-12. — A Directora de Serviços, *Maria Teresa Gonçalves de Matos Vitorino*.

203937868

#### Deliberação (extracto) n.º 2092/2010

Por deliberação do Conselho Directivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., de 11 de Outubro de 2010, nos termos e ao abrigo dos Estatutos do IEFP, I. P., aprovados pela Portaria n.º 637/2007, de 30 de Maio, e republicados em anexo à Portaria n.º 570/2009, de 29 de Maio, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 42/2009, de 23 de Junho, e da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, que estabelece o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Central, Local e Regional do Estado (EPD), conjugado com o disposto no artigo 6.º, da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, foi nomeado, em regime de comissão de serviço, pelo período de 3 anos, o licenciado, Alexandre Mata de Oliveira, no cargo de Director de Serviços da Direcção de Serviços de Promoção do Emprego do Departamento de Emprego, cargo de direcção intermédia de 1.º grau.

#### Nota Curricular

Alexandre Mata de Oliveira, nascido em 12 de Maio de 1959.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia, da Universidade Técnica de Lisboa.

No período compreendido entre 1 de Dezembro de 1993 e 7 de Janeiro de 1996, exerceu o cargo de Chefe de Serviços da Unidade de Programas de Emprego, do Centro de Emprego de Torres Vedras.

No período compreendido entre 8 de Janeiro de 1996 e 28 de Março de 2000, exerceu o cargo de Director do Centro de Emprego de Torres Vedras.

No período compreendido entre 29 de Março de 2000 e 11 de Agosto de 2009, exerceu o cargo de Director de Serviços de Promoção do Emprego, do Departamento de Emprego, do IEFP, I. P.

No período compreendido entre 5 de Maio de 2003 à presente data, exerce o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica (CENCAL).

No período compreendido entre 12 de Agosto de 2009 e 28 de Dezembro de 2009, exerceu o cargo, em regime de substituição, de Director de Departamento do Departamento de Emprego, do IEFP, I. P.

No período compreendido entre 29 de Dezembro de 2009 e 26 de Fevereiro de 2010, exerceu em regime de substituição, o cargo de Director de Serviços da Direcção de Serviços de Promoção do Emprego, do IEFP, I. P.

No período compreendido entre 27 de Fevereiro de 2010 e até à presente data, exerceu em regime de substituição, o cargo de Director de Serviços da Direcção de Serviços de Promoção do Emprego, do IEFP, I. P.

2010-11-12. — A Directora de Serviços, *Maria Teresa Gonçalves de Matos Vitorino*.

203937527

#### Deliberação (extracto) n.º 2093/2010

Por deliberação do Conselho Directivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., de 11 de Outubro de 2010, nos termos e ao abrigo dos Estatutos do IEFP, I. P., aprovados pela Portaria n.º 637/2007, de 30 de Maio, e republicados em anexo à Portaria n.º 570/2009, de 29 de Maio, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 42/2009, de 23 de Junho, e da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, que estabelece o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Central, Local e Regional do Estado (EPD), conjugado com o disposto no artigo 6.º, da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, foi nomeada, em regime de comissão de serviço, pelo período de 3 anos, a licenciada, Ana Cristina Gaspar da Silva Alves, no cargo de Directora de Serviços da Direcção de Serviços Financeiros do Departamento Financeiro e de Controlo de Gestão, cargo de direcção intermédia de 1.º grau.

#### Nota Curricular

Ana Cristina Gaspar da Silva Alves, nascida em 14 de Agosto de 1965. Licenciada em Economia, pelo Instituto Superior de Economia.

No período compreendido entre 1989 e 1990, estagiária no âmbito dos vários Programas de Criação de Emprego: ILÉ, CPE, ACPE e CPC.

No período compreendido entre 1990 e 1993, exerceu funções como Técnica Superior, no Centro de Emprego da Amadora.

No período compreendido entre 1993 e 1997, exerceu o cargo de Chefe de Serviços da Unidade de Desenvolvimento do Emprego, do Centro de Emprego da Amadora.

No período compreendido entre 1997 e 2001, exerceu funções de Técnica Superior, na Assessoria de Auditoria.

No período compreendido entre 2001 e 2007, exerceu o cargo de Directora de Serviços da Direcção de Serviços de Planeamento e Controlo de Gestão.

No período compreendido entre 2007 e 2009, exerceu o cargo de Directora de Serviços da Direcção de Serviços Financeiros.

No período compreendido entre 29 de Dezembro de 2009 e 26 de Fevereiro de 2010, exerceu em regime de substituição, o cargo de Directora de Serviços da Direcção de Serviços Financeiros.

No período compreendido entre 27 de Fevereiro de 2010 e até à presente data, exerceu em regime de substituição, o cargo de Directora de Serviços da Direcção de Serviços Financeiros.

2010-11-12. — A Directora de Serviços, *Maria Teresa Gonçalves de Matos Vitorino*.

203937746

#### Deliberação (extracto) n.º 2094/2010

Por deliberação do Conselho Directivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., de 7 de Outubro de 2010, nos termos e ao abrigo dos Estatutos do IEFP, I. P., aprovados pela Portaria n.º 637/2007, de 30 de Maio, e republicados em anexo à Portaria n.º 570/2009, de 29 de Maio, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 42/2009, de 23 de Junho, e da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, que estabelece o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Central, Local e Regional do Estado (EPD), conjugado com o disposto no artigo 6.º, da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, foi nomeada, em regime de comissão de serviço, pelo período de 3 anos, a licenciada, Maria do Céu Costa Bugalho Mendes, no cargo de Directora de Centro do Centro de Emprego de Leiria da Delegação Regional do Centro, cargo de direcção intermédia de 1.º grau.

#### Nota Curricular

Maria do Céu Costa Bogalho Mendes, nascida a 7 de Dezembro de 1958. Licenciada em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

No ano lectivo 1988/1989, exerceu a actividade docente.

No período compreendido entre Outubro de 1989 e Novembro de 1993, exerceu funções de Técnico Superior nos Centros de Emprego da Marinha Grande e de Leiria.

No período compreendido entre Dezembro de 1993 e Maio de 1997, exerceu o cargo de

Chefe de Serviço da Unidade de Gestão do Centro de Emprego de Leiria. Cumulativamente no período compreendido entre Setembro de 1995 e Fevereiro de 1996, exerceu o cargo de Directora em regime de Substituição.

No período compreendido entre Maio de 1997 e Maio de 2003, exerceu o cargo de Coordenadora do Núcleo de Gestão do Centro de Emprego de Leiria.

No período compreendido entre Maio de 2003 e 28 de Dezembro de 2009, exerceu o cargo de Directora de Centro do Centro de Emprego de Leiria.

No período compreendido entre 29 de Dezembro de 2009 e 26 de Fevereiro de 2010, exerceu em regime de substituição, o cargo de Directora de Centro do Centro de Emprego de Leiria.

No período compreendido entre 27 de Fevereiro de 2010 e até à presente data, exerceu em regime de substituição, o cargo de Directora de Centro do Centro de Emprego de Leiria.

2010-11-12. — A Directora de Serviços, *Maria Teresa Gonçalves de Matos Vitorino*.

203937827

#### Deliberação (extracto) n.º 2095/2010

Por deliberação do Conselho Directivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., de 11 de Outubro de 2010, nos termos e ao abrigo dos Estatutos do IEFP, I. P., aprovados pela Portaria n.º 637/2007, de 30 de Maio, e republicados em anexo à Portaria n.º 570/2009, de 29 de Maio, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 42/2009, de 23 de Junho, e da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, que estabelece o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Central, Local e Regional do Estado (EPD), conjugado com o disposto no artigo 6.º, da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, foi